e) Acompanhar as acções e os processos de reposição da situação anterior a infracções;

f) Preparar, desenvolver e ou acompanhar outras matérias de índole jurídica decorrentes do cumprimento da missão e atribuições institucionais da ARH do Alentejo I.P.;

g) Exercer as demais competências que lhe forem determinadas pelo presidente.

6 — O Laboratório de Águas, com as seguintes competências:

a) Assegurar o funcionamento, operacionalidade e eficácia dos Núcleos Laboratoriais de Évora e S.to André;

b) Realizar as análises físico-químicas, microbiológicas e biológicas em águas superficiais, subterrâneas e residuais;

c) Promover a acreditação dos métodos analíticos implementados e gerir o Sistema de Qualidade do Laboratório de Águas;

d) Executar os procedimentos analíticos programados no âmbito das acções de monitorização de recursos hídricos e das acções de fiscalização da responsabilidade da ARH do Alentejo, I.P.;

e) Prestar serviços de apoio laboratorial a entidades externas;

f) Exercer as demais competências que lhe forem determinadas pelo presidente.

7 — A unidade de Fiscalização e Apoio à Gestão de Recursos Hídricos, com as seguintes competências:

a) Assegurar a fiscalização das utilizações dos recursos hídricos, considerando o cumprimento da legislação ambiental aplicável e das condições constantes dos pareceres e títulos emitidos;

b) Fiscalizar as pressões sobre os recursos hídricos interiores e sobre os recursos hídricos do litoral, incluindo as instalações, actividades ou meios de transporte susceptíveis de gerar riscos;

c) Fiscalizar as condições de funcionamento, operacionalidade e segurança das infra-estruturas hidráulicas;

d) Elaborar os autos de notícia e fornecer a informação necessária e fundamental de suporte à instrução de processos de contra-ordenação;

e) Colaborar no controlo técnico da segurança dos empreendimentos hidráulicos no âmbito dos recursos hídricos interiores e promover a adopção de medidas preventivas e de emergência adequadas;

f) Apoiar as medidas de aviso ou alerta e as acções para minimizar riscos antropogénicos e riscos naturais, incluindo a remediação de acidentes graves de poluição e os derivados de fenómenos marítimos e hidrológicos extremos;

g) Promover a articulação com outras entidades com competências na fiscalização e com os serviços de protecção civil;

h) Promover a protecção, conservação, requalificação e valorização dos recursos hídricos interiores, nomeadamente em termos de sistematização fluvial, fomentando as necessárias intervenções e obras no âmbito das competências da ARH do Alentejo, I.P.;

i) Promover a concretização de intervenções e de infra-estruturas para a prevenção e protecção contra riscos naturais e antropogénicos e assegurar as condições de funcionamento, operacionalidade e segurança das mesmas;

j) Acompanhar processos de reposição coerciva em recursos hídricos interiores e do litoral;

k) Exercer as demais competências que lhe forem determinadas pelo presidente.

1 de Outubro de 2008. — A Presidente, *Paula Sarmento*.

Despacho n.º 5488/2009

Nos termos do disposto no artigo 73.º da Lei n.º 12 A/2008, de 27 de Fevereiro, nomeio para exercer as funções de secretariado no meu gabinete a técnica profissional de 1.ª classe Perpétua da Conceição L. Nobre Pereira, ficando dispensada de proceder à notação pontométrica cumprindo os horários que lhe forem determinados.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

1 de Outubro de 2008. — A Presidente, *Paula Sarmento*.

Despacho n.º 5489/2009

Tendo em vista o disposto no n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, em articulação com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2006 de 17 de Agosto, designo como afecto à Presidente da ARH do Alentejo, I. P., o motorista de ligeiros António Manuel Morgadinho Barreto, ficando dispensado de proceder à notação pontométrica cumprindo os horários que lhe forem determinados.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

1 de Outubro de 2008. — A Presidente, *Paula Sarmento*.

Despacho n.º 5490/2009

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005,

de 30 de Agosto, n.º 1 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, deogo na Vice — Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., licenciada Maria Rosa Pinelas Gouveia Catita, com poderes de subdelegação, as competências próprias que me são atribuídas nos termos do artigo 7.º da citada Lei n.º 2/2004, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, para a prática dos seguintes actos:

1. Autorizar despesas com pessoal, empreitadas e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 74.999;

2. Autorizar o processamento da despesa e a arrecadação da receita;

3. Autorizar o uso de veículo próprio em serviço, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de Agosto e o processamento da respectiva compensação monetária, prevista no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;

4. Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso e feriados;

5. Celebrar contratos de trabalho a termo;

6. Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito, nos termos da lei;

7. Praticar todos os actos relativos à aposentação dos trabalhadores salvo nos casos de aposentação compulsiva e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social, incluindo os referentes a acidentes em serviço;

8. Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, transferência de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica e antecipação até dois duodécimos por rubrica, com limites anualmente fixados pelo Ministério das Finanças;

9. Autorizar a constituição e a reconstituição de fundos de maneiço;

10. Autorizar a constituição de fundos permanentes das dotações e respectivo orçamento, com excepção das rubricas referentes a pessoal, até ao limite de um duodécimo;

11. Celebrar contratos de seguro e de arrendamento, dentro dos limites de autorização de despesa delegada, e autorizar a respectiva actualização, desde que resulte de imposição legal;

12. Autorizar as despesas resultantes de indemnizações a terceiros ou da recuperação de bens afectos ao serviço danificados por acidentes com intervenções de terceiros;

13. Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços, bem como as de carácter excepcional;

14. Qualificar como acidente em serviço os sofridos pelo pessoal e autorizar o processamento das respectivas despesas;

15. Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar;

16. Assinar contratos de locação e aquisição de bens e serviços na sequência de procedimentos e despesas legalmente autorizadas;

17. Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionamentos legais, bem como estabelecer os instrumentos e práticas que garantam o controlo efectivo da assiduidade;

18. Proceder às diligências necessárias à inscrição dos trabalhadores nos respectivos regimes de segurança social e à entrega das respectivas participações;

19. Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

20. Visar as relações mensais de assiduidade, nos termos do n.º 1 do artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março;

21. Dinamizar e acompanhar o processo de avaliação do mérito dos funcionários, garantindo a aplicação uniforme do regime de avaliação no âmbito do organismo;

22. Garantir a elaboração e actualização do diagnóstico de necessidades de formação do organismo e, com base neste, a elaboração do respectivo plano de formação, individual ou em grupo, bem como efectuar a avaliação dos efeitos da formação ministrada ao nível da eficácia do serviço e do impacto do investimento efectuado;

23. Executar o orçamento de acordo com uma rigorosa gestão dos recursos disponíveis, adoptando as medidas necessárias à correcção de eventuais desvios ou propondo as que ultrapassem a sua competência;

24. Superintender a utilização racional das instalações afectas ao organismo, bem como a sua manutenção e conservação e beneficiação;

25. Promover a melhoria de equipamentos que constituem infra-estruturas ao atendimento;

26. Velar pela existência de condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, garantindo, designadamente, a avaliação e registo actualizado dos factores de risco, planificação e orçamentação das acções conducentes ao seu efectivo controlo;

27. Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos afectos ao organismo;